

## RESENHA

### ***Contra a moral e os bons costumes*, de Renan Quinalha: uma nova contribuição aos estudos das homossexualidades durante a Ditadura**

Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves<sup>1</sup>

Resenha dae: QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a Ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

#### **Introdução**

Lançado em 2021 pela editora Companhia das Letras, *Contra a moral e os bons costumes: a Ditadura e a repressão à comunidade LGBT*, do advogado e ativista Renan Quinalha, é baseado na tese de doutorado defendida pelo autor no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP em 2017. A obra – dividida em uma introdução, 4 capítulos e uma parte conclusiva – possui como principal objetivo mostrar que durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), houve um aparato repressivo de Estado direcionado às homossexualidades ou, como compreendido na atualidade e expresso no título do livro, a comunidade LGBT. Também, a obra visa mostrar as formas pelas quais homossexuais desenvolveram uma resistência a essa repressão.

#### **A Obra**

Na introdução, Quinalha traça parâmetros reflexivos que norteiam e justificam a obra. O autor constrói um argumento que sustenta as análises que se seguem no livro: “*O fato de o circuito de controle das sexualidades dissidentes não ter seguido o mesmo padrão e a forma da repressão política em sentido estrito não significa que não houve uma política sexual específica e de caráter oficial*” (p. 29). Esta afirmação possui dois propósitos. Primeiramente, é uma resposta a uma tradição de estudos da Ditadura que, por muito tempo, reduziu o período a apenas um momento de embate político entre o regime e suas oposições armadas e parlamentares. O segundo propósito é de iluminar uma memória da ditadura ainda muito apagada, inclusive, por ex-militantes e resistentes do período, que enxergam a repressão direcionada às homossexualidades como secundária e/ou insignificante, exemplificado pelo episódio narrado por Quinalha referente às reuniões da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (2011-2014): “*durante uma discussão acalorada na CNV um dos comissionados revelou sua homofobia ao questionar ‘por que esse tema de viados’ [sic] deveria constar no relatório*” (p. 16).

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sob a orientação da Professora Doutora Maria Paula Nascimento Araujo e bolsista CAPES.

Quinalha compreende que apesar da homofobia, transfobia e a perseguição de Estado às sexualidades divergentes não terem sido inauguradas pela Ditadura Militar, neste período, o aparato foi intensificado e ganhou novos contornos. Embora o regime não tivesse o objetivo de exterminar fisicamente homossexuais tal qual fez com a luta armada, “*a função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades*” (p. 33), como analisado nos quatro capítulos que seguem à introdução.

No primeiro capítulo, chamado *A violência nas ruas: controle moral e repressão policial*, Quinalha analisa os episódios repressivos mais diretos às homossexualidades do período: a violência de Estado através das forças policiais. Apesar da agressão também ter se direcionado a gays e lésbicas, as principais vítimas foram as travestis, visto o papel de marginalidade que estes indivíduos ocupavam na sociedade de então. É mostrado no capítulo inúmeros episódios de violência as quais as travestis eram sujeitas. Mobilizando da arbitrariedade e das distorções de leis existentes – como a vadiagem, o atentado ao pudor e o ataque à moral e aos bons costumes – a polícia justificava apreensões e até extorsões desses grupos. Ainda, o autor nota que a violência se expandia para o campo simbólico e moral, sendo muitas das travestis presas obrigadas a renegar a expressão de sua identidade de gênero ao serem forçadas a, por exemplo, cortar seus cabelos e tomar hormônios masculinos ou obrigadas, caso presas, a prestar às autoridades atividades como a limpeza de banheiros e cela, em um claro gesto patriarcal de uma sociedade que associa a feminilidade aos afazeres domésticos.

Quinalha não deixa de frisar que, neste conflito entre autoritarismo de Estado e grupos reprimidos, estes exerceram papéis ativos de resistência e luta. Exemplo disto era a forma como, no cotidiano, travestis chegavam a se automutilar com navalhas escondidas na boca para serem levadas ao hospital ao invés da prisão caso abordadas por forças policiais. Aqui notamos uma prática com duas faces: uma sendo mais uma expressão da violência, obrigando estes indivíduos a tomarem tais medidas drásticas para fugirem da repressão; outra sendo uma forma de resistência à opressão vivida. Porém, em um âmbito geral, o maior exemplo de resistência das homossexualidades aos ataques sofridos foram as mobilizações e os protestos em resposta à chamada “Operação Rondão”, organizada pelo delegado José Wilson Richetti na cidade de São Paulo. Respalhada desde o início por uma homofobia explícita e justificada por cinismo, deboche e autoritarismo do delegado, como mostrado pelas falas de Richetti expostas no livro, a operação tinha como objetivo “limpar” a cidade, tirando elementos indesejados das ruas, como prostitutas, travestis e homossexuais. Em resposta, grupos homossexuais unidos de outros movimentos sociais, como organizações feminista e movimento negro, se organizaram e em 13 de junho de 1980 marcharam, em um grupo formado de 500 a 1000 pessoas, até o Theatro Municipal em um protesto que, segundo o autor, se tornou “*uma referência fundamental de resistência para o conjunto do ativismo organizado*” (p. 82).

Em “*Descobrimos que não estávamos sozinhos*”: movimento homossexual na ditadura, segundo capítulo do livro, é narrado o surgimento dos primeiros grupos homossexuais no Brasil na virada da década de 1970 para a de 1980, destacando o pioneiro de todos, o grupo Somos, fundado em São Paulo em 1978. O nascimento destes grupos, que formaram a chamada primeira onda do movimento LGBTQIA+ brasileiro, é analisado por Quinalha a partir de uma realidade de intensas mudanças

sociais e culturais no que tange aos costumes, às expressões de gênero e às sexualidades no Brasil desde a década de 1950. A ascensão de uma vivência homossexual urbana, expressa, por exemplo, na expansão de locais de sociabilidade como bares e boates, foi essencial para que se fosse construída uma espécie de sentimento de comunidade entre os indivíduos que frequentavam esses espaços e compartilhavam deste estilo de vida. Mesmo que o golpe de 1964 tenha posto em recesso este movimento de reestruturação da cultura sexual e dos costumes brasileiros, o advento da contracultura, a abertura política do regime e a derrota da luta armada pela ditadura abriu espaço para que novos movimentos e expressões políticas fossem criadas.

O grupo Somos é o epicentro do capítulo, servindo este, por seu pioneirismo e por ter sido o principal grupo do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) no período, como modelo das dinâmicas e dos conflitos que o movimento viveu em sua primeira onda. O autor descreve os inúmeros desafios que o grupo enfrentou em seu início, como problemas financeiros, obstáculos referentes à tentativa de criação de uma voz única a uma comunidade extremamente heterogênea e a dificuldade no processo de autoafirmação e autoaceitação de homossexuais que estavam submersos em uma sociedade ainda pouco solícita a sua existência. Resultado disto, que se soma às expectativas frustradas por razões políticas, foi a enorme rotatividade de integrantes no grupo durante seu primeiro momento.

A grande e mais rica discussão traçada por Quinalha em sua análise da existência do Somos foram as disputas ideológicas internas e a maneira como o movimento inaugurava e construía sua forma de pensar a política e a sociedade. Imersos em um regime ditatorial – cujos órgãos de vigilância, inclusive, permaneceram atentos aos passos do MHB – e de uma oposição à esquerda que reproduzia em grande medida as mesmas práticas machistas e homofóbicas da sociedade do período, os ativistas homossexuais prezaram pela construção de um movimento autônomo, capaz de falar por si só e que propusesse uma nova forma de fazer política. Esta forma achou seu contorno, em um primeiro momento, no libertarianismo da expressão sexual e no rechaço ao autoritarismo presente no regime e nas organizações de esquerda tradicionais. Porém, as reconfigurações em alguns setores da esquerda trouxeram novas ideias de se pensar o então movimento em ascendência. O maior representante disto foi o grupo trotskista Convergência Socialista (CS), a qual Quinalha deduz a possibilidade de ter sido o primeiro grupo da esquerda latino-americana a adotar a pauta homossexual em sua agenda e a permitir, inclusive, a criação de uma facção interna direcionada a esta luta. Logo, a presença marcante de ativistas dentro do *Somos*, ligados à Convergência Socialista, foi o pivô para que se dividisse o movimento entre os que defendiam uma política autônoma e os que acreditassem, como os militantes da CS, na possibilidade de se construir um diálogo e uma ação mútua da pauta homossexual com a socialista.

O auge da disputa se deu durante a manifestação de trabalhadores e sindicatos no 1º de maio de 1980. A ida de ativistas do Somos em solidariedade aos trabalhadores que manifestavam naquele grande evento foi interpretada pelos autonomistas como um processo de cooptação e domesticação da causa homossexual pela esquerda. Resultado disto foi a saída do grupo autonomista do Somos e fundação de um novo e importante grupo do período, o Outra Coisa. Este episódio marca uma

das duas importantes rachas que o Somos enfrentou; a outra foi a desvinculação, em um processo mais harmonioso que o outro racha, do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) do Somos, sob a justificativa da busca de maior independência pelas ativistas lésbicas.

Além dos rachas e das disputas ideológicas, problemas de financiamento, reestruturação de perspectivas políticas e a mudança da relação entre as homossexualidades e outros setores da sociedade colaboraram para o fim da primeira onda do movimento. Foi então que, em 1983, nos anos finais da ditadura, que o pioneiro grupo Somos se dispersou de vez. Porém, Quinalha enxerga o fim da primeira onda de modo não tão fatalista. Para ele, houve um deslocamento para novas realidades e demandas. A chegada da AIDS aproximou militantes homossexuais de órgãos estatais e o surgimento de grupos legalmente reconhecidos inauguraram formas de atuação política não mais de oposição constante ao Estado, mas de cobrança de reconhecimento e políticas públicas por sua parte.

O terceiro capítulo, *Lampião da Esquina*, trata deste jornal que foi uma das iniciativas fundadoras do MHB. Fundado no mesmo ano que o Somos, 1978, o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981) era uma expressão de dois movimentos jornalísticos: a imprensa alternativa – formada de periódicos de oposição ao regime, que representavam movimento sociais e que eram construídos de forma independente, diferente da chamada “grande imprensa” – e a imprensa rosa-choque, uma tradição de publicações direcionadas ao público homossexual, popularizada a partir da década de 1960.

O destaque dado ao *Lampião* se dá ao seu impacto cultural e comercial e sua abordagem mais politizada, elevada pelo perfil intelectualizado e pela experiência profissional dos jornalistas e escritores que construíam o corpo editorial. Entre eles, estavam, por exemplo, os escritores João Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva, o artista plástico Darcy Penteado, o advogado João Antônio Mascarenhas e o antropólogo Peter Fry. *Lampião* tinha a premissa de evidenciar o que a homossexualidade tinha de positiva e criativa, razão pela qual a linguagem do meio homossexual foi usada com frequência pelo periódico. Evocando a liberdade e conscientização homossexual e a reivindicação do espaço social a esse grupo marginalizado, o *Lampião* redigiu entrevistas com personalidades marcantes das artes e da política do período, publicou matérias e artigos de opinião tratando dos mais variados temas polêmicos a época e serviu como porta-voz a outros grupos marginalizados, como mulheres, negros e indígenas. Isto tudo sem deixar de tratar de produções culturais, de amenidades, fofocas e de colonismo social.

Não demorou muito para que a proposta transgressiva do *Lampião* chamasse a atenção das autoridades de uma ditadura que, embora em processo de abertura política, persistia autoritária. Foi então que em 1979, seu segundo ano de existência, foi instaurado um inquérito que alegava que o jornal feria a Lei da Imprensa por ofensa à moral e aos bons costumes. A investida da repressão instigou um movimento de solidariedade prestado por diversos jornais da imprensa alternativa e da grande imprensa, de entidades e setores da sociedade civil brasileira e de grupos estrangeiros de ativismo homossexual. Após um ano de tramitação lenta e angustiante, o inquérito foi arquivado. Mesmo que vencido, a disputa travada entre o *Lampião* com a repressão não deixou de desgastar o jornal, vítima de uma perseguição política

também expressa por grupos paramilitares que, no período, chegavam a fazer atentados a bomba em bancas que vendiam jornais da imprensa alternativa. Também, como mostrado por Quinalha, o jornal entrou em uma profunda crise no que tange ao seu teor, se vendo dividido entre um setor que defendia uma abordagem que favorece as vendas, incluindo no periódico uma linguagem mais leve, manchetes mais sensacionalistas e até elementos eróticos, e um setor que lutava pela seriedade e fidelidade do jornal com uma pauta mais politizada. Traçando íntima relação com os grupos de ativismo homossexual do período, o jornal se viu imerso nas disputas que estes viviam no momento de crise da primeira onda do movimento. O autor analisa que, mesmo que não assumissem de forma clara, o jornal tendia a uma visão mais autonomista do movimento homossexual, o que fez com que, com a ascensão de segmentos menos autonomistas, o jornal e os grupos de militância se afastassem. Quinalha ainda cita outros fatores que contribuíram para o encerramento das atividades do Lampião, como o esvaziamento do jornalismo alternativo pelo processo de adoção da grande imprensa das temáticas antes exclusivamente por eles tratadas, a crise financeira e inflacionária do início da década de 1980 e a própria essência vanguardista do jornal, que não o dava o caráter de construção de hábitos.

No quarto e último capítulo, *A censura em nome da moral e dos bons costumes*, o autor analisa mais um aspecto da repressão às homossexualidades: a censura. O aparato de censura – intensificado e, como visto com a violência policial, pautado em arbitrariedades durante a ditadura – serviu como ferramenta de Estado que refletia o preconceito e o moralismo dos setores que o constituía. Pautados sobre o termo vago “moral e bons costumes”, a ditadura mobilizava aparatos legais para exercer sua repressão à liberdade de expressão dos indivíduos nas artes e na mídia.

Quinalha analisa no capítulo diversos episódios em que, sobretudo, 6 diferentes meios de comunicação sofreram com os órgãos de censura: televisão, teatro, cinema, canção popular, livros e jornais/revistas. Entre os exemplos, destaca-se, primeiramente, o caso televisivo. Os alvos da censura iam desde novelas a personalidades como Clodovil Hernandez e Clóvis Bornay, homens efeminados que participavam de programas de auditório. No caso da perseguição a esses indivíduos, é destacado a maneira como eles se popularizaram na televisão como uma expressão caricata de algo a ser visto como diferente e jocoso pelo grande público. Em contrapartida, esses mesmos aspectos que alavancavam a audiência dos programas, eram alvos de constantes críticas da sociedade civil conservadora que demandava medidas dos órgãos de censura. A conclusão do autor quanto a isto é que a conjuntura de ditadura deu, aos segmentos moralistas da sociedade, investimento para que exigissem do Estado medidas que, fantasiadas de “defesa da família”, se constituíram como uma expressão do preconceito institucionalizado. O outro exemplo que merece destaque foi o caso da literatura, mais especificamente da repressão sofrida por Cassandra Rios, escritora que abordava a lesbianidade em sua obra e cujo sucesso comercial a fez a primeira mulher a atingir 1 milhão de exemplares vendidos. Rios, em contrapartida, foi a autora mais censurada na ditadura, mesmo que parte das suas obras censuradas antecedessem ao período. Mesmo que tenha persistido até a promulgação da Constituição de 1988, os aparatos de censura ficaram enfraquecidos ao final da ditadura. O apoio popular em defesa da flexibilização da censura cada vez mais aumentava e até mesmo membros do Estado reconheciam a inviabilidade de se manter algumas políticas de repressão das artes, da mídia, da imprensa e da cultura.

### Considerações Finais

Ao longo de toda a obra, Quinalha traça um diálogo direto com um cânone de estudos da história das homossexualidades do Brasil, representado pela forma que entra em consonância com os parâmetros teórico-metodológicos desenvolvidos pelo historiador James N. Green em *Além do Carnaval* (2019), e mobilizando como fontes obras como *Devassos no Paraíso* (2018), do escritor João Silvério Trevisan, e *A Construção da Igualdade* (2018), do antropólogo Edward MacRae. Em certa medida, o livro de Quinalha contribui a este cânone não apenas por servir como um diálogo entre visões historiográficas diferentes – como às concepções de Green e Trevisan acerca do fim do grupo Somos –, mas por aprofundar, pautado em uma análise intensa de periódicos, documentos oficiais da repressão e narrativas testemunhais, os estudos da repressão às homossexualidades pela ditadura.

Algumas reflexões são tiradas acerca da leitura de *Contra a moral e os bons costumes*. Primeiramente, uma provocação: por que não entender as experiências homossexuais entre 1964 e 1985 como processos independentes que estavam em diálogo com a ditadura de então, ao invés de reduzirmos as vivências sociais e políticas de homossexuais como consequências de um regime ditatorial, algo que constantemente ficou subentendido na análise de Quinalha? Ao compreender as experiências das homossexualidades de forma independente, mas em diálogo com o período, vê-se com mais clareza as continuidades de uma cultura que antecede o golpe de 1964 e prossegue com a abertura. Também, esta compreensão desconstrói uma visão demasiadamente estruturalista, que tende a enxergar os homossexuais como agentes políticos passivos e suas ações como submissas à conjuntura.

A segunda reflexão diz respeito às possibilidades de futuros estudos abertos pela pesquisa de Quinalha. Pode-se citar dois exemplos. O primeiro, uma análise mais ampla das consequências que a Ditadura Militar, em específico, deu à construção da homofobia e transfobia de setores conservadores da sociedade brasileira contemporânea – algo apenas exposto pelo autor, de forma breve, nas conclusões finais (p. 280). O segundo, uma análise da participação feminina como agentes do Estado na repressão em defesa da “moral e dos bons costumes”. Percebe-se que muitos dos documentos de Estado analisados por Quinalha, sobretudo referentes à censura, foram produzidos por mulheres. Chama a atenção ações reprodutivas da cultura patriarcal e machista do regime terem tido uma participação feminina expressiva.

Bem detalhado, instigante e rico, *Contra a moral e os bons costumes: a Ditadura e a repressão à comunidade LGBT* é uma obra que não somente já se consolida como um marco incontornável do cânone de estudos da história das lutas políticas e vivências das homossexualidades durante a Ditadura Militar Brasileira, como, provavelmente, é o trabalho mais importante sobre o tema nos últimos 20 anos.

Resenha recebida em 31.3.2023

Aprovado em 11.5.2023

# PARA OS AUTORES

1. A revista *História & Luta de Classes* nasceu em tempos de domínio social da barbárie neoliberal e de hegemonia conservadora no pensamento acadêmico, com destaque para a área da História e das Ciências Sociais. Ela procura servir como ferramenta de intervenção de historiadores e produtores de conhecimento que se recusam a aderir e se opõem ativamente a essa dominação.

2. Os objetivos da revista *História & Luta de Classes* estão expressos na "Apresentação" do seu primeiro número, disponível em [www.historiaelutadeclasses.com.br](http://www.historiaelutadeclasses.com.br). Eles definem os marcos referenciais para os interessados em colaborar com a revista ou propor sua integração ao coletivo da revista.

3. A revista está aberta a propostas de colaborações, reservando-se o direito de exame dos textos enviados espontaneamente à redação. Sem exceção, todas as contribuições propostas serão submetidas à avaliação cega.

4. A revista *História & Luta de Classes* dirige-se aos estudantes e professores de história e ciências sociais, em especial, e ao grande público interessado, em geral. Sem concessões de conteúdo, na forma e na linguagem, os autores procurarão que seus artigos alcancem o mais vasto público leitor.

5. Os artigos poderão ser enviados **exclusivamente através de e-mail** em arquivo anexado em formato Word para o endereço eletrônico [historiaelutadeclasses@uol.com.br](mailto:historiaelutadeclasses@uol.com.br) e **devem ter entre 25.000 e 45.000** caracteres, incluindo notas de rodapé e espaços em branco. Os originais deverão conter título, nome do autor e filiação institucional (universidade, escola, sindicato, etc.). Devem conter, ainda, resumo de 5 a 10 linhas e três palavras-chave. Deve constar também versão em língua inglesa do título, do resumo e das palavras-chave. O recebimento será sempre confirmado por e-mail.

6. Os textos enviados devem ser inéditos no Brasil, no tocante à publicação em periódicos ou coletâneas. Poderão ser aceitos, a critério do Conselho Editorial, artigos com versão preliminar publicada em Anais de evento científico.

7. Resenhas, com um máximo de **16.000 caracteres**, seguirão as mesmas regras, e deverão ter um título próprio, além da referência da obra resenhada.

8. Referências bibliográficas completas deverão constar em nota de rodapé (e não ao final do texto), obedecendo à seguinte formatação:

8.1. Livros: SOBRENOME, Nome. *Título em itálico*. Cidade: Editora, ano de publicação, página citada. Ex.: CAPITANI, Avelino. *A rebelião dos marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997. p. 123.

8.2. Capítulo de livro: SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). *Título do livro em itálico*. Cidade: Editora, ano de publicação, página citada. Ex.: BROUÉ, Pierre. O fim da Segunda Guerra e a contenção da revolução. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico*. São Paulo: Xamã/FFLCH-USP, 1995. p. 22.

8.3. Artigo de periódico: SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Nome da revista em itálico*, v. (volume), n. (número), mês e ano de publicação, página citada. Ex.: BARRETO, Teresa Cristófani; GIANERA, Pablo; SAMOILOVICH, Daniel; Piñera, VIRGILIO. Cronologia. *Revista USP*, n. 45, out. 2000. p. 149.

9. As citações de outros textos deverão estar em itálico e entre aspas duplas no corpo principal do texto e a referência bibliográfica correspondente deve ser colocada em

nota de rodapé. Citações de mais de quatro linhas devem ser destacadas em espaço recuado, sem itálico. **Não serão aceitos originais com referências no sistema autor-data.**

10. A revista aceita artigos em língua espanhola, os quais poderão ser traduzidos para a língua portuguesa ou publicados na forma original, a critério da revista. Artigos inéditos em outros idiomas poderão ser aceitos excepcionalmente e serão sempre traduzidos.

11. Também serão aceitas proposições de **artigos e resenhas sobre temas livres**, além da temática estabelecida para cada dossiê. Neste caso, a sua publicação se dará de acordo com o fluxo de artigos recebidos pela revista.

### **Próximos Dossiês:**

**Número 38** – Golpes e direitas na América Latina - Prazo até 31.03.2024

**Número 39** – Centro, Periferias e Capitalismo - Prazo até 31.08.2024

**Número 40** – Marxismo e lutas anticoloniais e antirrascistas: 100 anos de Fanon- Prazo até 31.03.2025

**Número 41** – Cultura, comunicação e hegemonia- Prazo 31.08.2025